

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Venda da Eletrobrás beneficiará mais a União](#) 5

[Título: Nota](#) 7

Valor Econômico

[Título: Projeto de privatização da Eletrobras aguarda decisão do Supremo](#) 19

[Título: Leilão de transmissão será feito no 1º semestre de 2018](#) 24

[Título: Para setor elétrico, risco hidrológico é o problema mais urgente](#) 24

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: Petrobras revê preços para gás 3

Título: De uma só vez, Lava-Jato devolve R\$ 654 milhões à Petrobras 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo **5**

Título: Venda da Eletrobrás beneficiará mais a União 5

Título: Nota 7

Título: Gás de cozinha terá nova regra de preço 7

Título: Petrobrás recebe R\$ 654 milhões da Lava Jato 9

Título: Eletronuclear tenta adiar pagamento ao BNDES 9

Título: Notas	11
Título: GM vai lançar veículo elétrico em 2018.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Lava Jato devolve R\$ 654 mi à Petrobras, maior valor obtido em investigação criminal	13
Título: Gás abala orçamento de 67% dos brasileiros	14
Título: Mantega tinha palavra final sobre reajuste, diz ex-presidente da estatal	16
Título: Abertura de ofertas da PPP da luz pública em São Paulo é protelada	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: Reajuste do gás terá nova metodologia	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Projeto de privatização da Eletrobras aguarda decisão do Supremo	19
Título: Alimento em queda atípica segurou IPCA, dizem analistas.....	21
Título: Atacado acelera e puxa IGP-Di, mas sem sustos	22
Título: Leilão de transmissão será feito no 1º semestre de 2018	24
Título: Para setor elétrico, risco hidrológico é o problema mais urgente	24
Título: Privatizações discutíveis.....	25
Título: Light e Supervia mantêm litígio na Justiça.....	28
Título: Aneel tem três dias para refazer cálculo da CCC	30
Título: GE vai demitir 12 mil na divisão de energia.....	31
Título: GM planeja vender carro elétrico no Brasil em 2018	33
Título: Petrobras recebeu da Lava-Jato total de R\$ 1,47 bilhão	35
Título: Chinesa Qingdao espera aprovação de projeto para refinaria no Ceará.....	36

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Petrobras revê preços para gás**

Com alta do botijão de quase 70%, estatal vai mudar metodologia de reajuste

A Petrobras anunciou ontem que vai rever a metodologia usada para reajustar o gás residencial, vendido em botijões de 13 quilos. Desde junho, a Petrobras promove variações nos preços do produto todo dia 5 de cada mês, e a alta acumulada no gás de botijão chega a quase 70% nas refinarias. Para o consumidor, o produto acumula alta de 9,82% desde junho e de 12,98% no ano, segundo dados do IBGE.

O Grupo Executivo de Mercado de Preços (GEMP) avaliou os resultados da política de reajuste e concluiu que a correção aplicada esta semana foi a última realizada com base na regra vigente. Segundo uma fonte, já havia desconforto dentro da Petrobras com a fórmula de reajustes, que acompanha os preços internacionais, pois ela coincidiu com forte alta do petróleo. "O objetivo da revisão será buscar uma metodologia que suavize os impactos derivados da transferência dessa volatilidade para os preços domésticos", explicou a Petrobras.

— O GLP (gás liquefeito de petróleo) residencial representa apenas 4% da receita da companhia. Acompanhar os preços internacionais se refletiu numa alta significativa nos preços. E não foi bom — disse uma fonte.

ARMINIO DEFENDE PRIVATIZAÇÃO

A Petrobras diz, em nota, que precisa obedecer à Resolução 4/ 2005, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que recomenda que o gás de botijão deve ter preço inferior ao GLP industrial devido ao uso, principalmente, pela baixa renda.

O presidente do Sindigás, que reúne distribuidoras de GLP, Sérgio Bandeira de Mello, disse que não entendeu a decisão: — Sentimos falta de uma política de preços para o gás industrial, que está sendo vendido pela Petrobras a preços 28% acima do importado, o residencial está 9% menor do que o internacional.

Edmar Almeida do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, afirma que há um componente social, mas que não cabe à Petrobras fazer esse papel: — Cabe ao governo definir se vai subsidiar o produto e de que forma seria. A Petrobras está certa em praticar preço de mercado.

Em palestra na Fundação Getúlio Vargas sobre o novo papel do Estado na economia, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga defendeu a privatização da Petrobras. Ele avalia que seria viável fatiar a empresa. — É interessante esse modelo de criar uma corporação, como está sendo explorado para a Eletrobras. Ter foco no Estado fazer bem o que faz e de maneira transparente.

Opinião : Flexível

A FIXAÇÃO de índices de nacionalização de equipamentos usados na exploração de petróleo atrai pressões de todos os lados.

É NATURAL, mas não se deve ultrapassar os limites da sensatez. Como aprovar lei no Congresso para fixar índices de proteção à indústria nacional.

MESMO QUE fosse o contrário: para facilitar importações. Pela natureza do assunto, deve ser preservado o poder do Conselho Nacional de Política Energética de fixar esses parâmetros, para que possam variar a depender da licitação.

ESTA FLEXIBILIDADE é importante para a própria indústria nacional.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Katna Baran

Título: De uma só vez, Lava-Jato devolve R\$ 654 milhões à Petrobras

Quantia foi recuperada em acordos de delação e leniência.

CURITIBA - A força-tarefa da Operação Lava-Jato devolveu ontem R\$ 654 milhões para a Petrobras. O dinheiro foi recuperado no último ano via acordos de delação premiada com pessoas investigadas e acordos de leniência com empresas que admitiram participar de corrupção. A estatal já recuperou R\$ 1,5 bilhão desde o início das investigações. Apesar do resultado positivo, o dinheiro da corrupção que foi recuperado pela força-tarefa representa 13% do total previsto em todos os acordos já feitos pelos investigadores de Curitiba e Brasília. Os 163 acordos de delação premiada e os dez acordos de leniência firmados no âmbito da Lava-Jato preveem o retorno de R\$ 10,8 bilhões aos cofres públicos. Presente ao evento de devolução do dinheiro, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, criticou "iniciativas para tentar constranger" a Lava-Jato.

— A Petrobras foi o tempo todo prejudicada por desonestidade de alguns poucos executivos em conluio com empresas igualmente desonestas e maus políticos. Não deixemos que o tempo decorrido desde o início da operação esmaça a percepção dessa incomensurável contribuição, especialmente quando certos atores começam a propor medidas para tentar constranger os principais protagonistas desta iniciativa — discursou. Questionado, o presidente da Petrobras negou que estivesse se referindo a algum político do PMDB, o partido do presidente Michel Temer. — Não converso com o presidente em relação a outros assuntos, apenas em relação a Petrobras. E, no cargo, tenho autonomia dada pelo presidente como nenhum outro nas últimas décadas — disse. Segundo Parente, não é possível apontar de maneira exata como os recursos devolvidos serão investidos na estatal, já que eles se somam ao caixa da empresa como um todo. — Há um trabalho duro para reduzir a dívida da empresa e recuperar sua reputação. Já o procurador Deltan Dallagnol disse que esta quantia é pequena perto do que está para ser recuperado.

— Esta é uma amostra do que está por vir se as investigações puderem continuar. É uma árvore frondosa que cresce no deserto, num ambiente hostil, em que pequena parte dos recursos é devolvida. É preciso que o Congresso Nacional, com o seu trabalho, mantenha isso — afirmou. O procurador ainda aproveitou para destacar que as delações premiadas são fundamentais para garantir a devolução de recursos. — As colaborações, são, de longe, o melhor instrumento para investigar a corrupção e ressarcir os cofres públicos. É preciso que o Judiciário preserve as colaborações premiadas para que a sociedade não fique a ver navios como no passado — disse. A devolução de ontem foi a maior já realizada de uma única vez para os cofres públicos por uma investigação criminal, segundo o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Adriana Fernandes

Título: Venda da Eletrobrás beneficiará mais a União

Pelo acordo fechado no governo, Tesouro pode ficar com até dois terços dos recursos.

A União terá prioridade no recebimento dos recursos da privatização da Eletrobrás. No projeto de lei que vai tratar do assunto, o governo federal poderá ficar com até dois terços do dinheiro.

O consumidor de energia elétrica será beneficiado com um terço dos recursos, por meio de abatimentos futuros na conta de luz. O acordo foi fechado em

reunião com integrantes dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e **Minas e Energia**.

O projeto de lei deve ser enviado ao Congresso até a próxima semana. A ideia inicial do Ministério de Minas e Energia era dividir os recursos igualmente entre Tesouro, consumidor e Eletrobrás. A preocupação era buscar uma forma de incentivar a Eletrobrás a aderir à privatização, já que a União não pode impor a proposta à empresa.

Mas o Ministério da Fazenda não abriu mão de receber uma parcela maior desse dinheiro, sob a justificativa de que a Eletrobrás, embora controlada pela União, também conta com acionistas privados. Por isso, para a área econômica, dividir os recursos de forma igualitária seria uma forma de benefício indevido a esses acionistas. O acordo prevê que a União fique com, no mínimo, um terço do dinheiro, e, no máximo, dois terços.

Para que o Tesouro possa receber mais, a Eletrobrás receberá menos. A empresa ficará com, no máximo, um terço dos recursos dessa divisão. Antes de ser privatizada, a Eletrobrás terá de passar por ajustes prévios que terão impacto nas contas da companhia. Dentro do governo, há dúvidas sobre o que deve ser arcado apenas pela empresa e o que pode ser assumido ou receber alguma contribuição da União.

O tratamento desses ajustes é o foco de divergência entre as áreas, pois esses itens podem gerar abatimentos no bônus de outorga que a Eletrobrás pagará à União para ter direito a novos contratos de concessão, o que reduziria a arrecadação do Tesouro. Como não houve acordo sobre esse tema, o governo decidiu deixar essa decisão para depois.

Ficou definido que esse cálculo será feito de acordo com critérios técnicos, nos estudos que serão contratados para subsidiar a privatização.

Imbróglios.

As divergências dentro do governo dizem respeito a imbróglios do passado, como o valor necessário para viabilizar a usina nuclear de Angra 3 e os empréstimos compulsórios, que geraram uma disputa bilionária na Justiça.

Em todos os casos, a Eletrobrás acredita ter créditos a receber da União, mas o Tesouro avalia que não deve assumir essas contas. Um dos impasses, porém, foi finalmente superado. O Ministério da Fazenda concordou em pagar uma dívida de R\$ 3,5 bilhões para cobrir gastos com combustível para termoeletricas de distribuidoras dos sistemas isolados.

Esse pagamento foi definido pela Lei 13.360/2016, mas, até agora, não havia sido realizado. Os recursos serão pagos majoritariamente à Amazonas Energia, distribuidora do grupo Eletrobras. Para isso, porém, a dívida da distribuidora terá que “subir” e ser assumida pela holding Eletrobrás.

Privatização sob ataque

Um grupo de parlamentares quer que a privatização do grupo Eletrobrás passe primeiro por um referendo popular. No último dia 28, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou uma proposta nesse sentido. Na prática, a ideia é submeter a cada cidadão do País a decisão sobre privatizar ou não as empresas da gigante estatal. Após aprovado, o texto seguiu para votação no plenário da Câmara. Depois, será devolvido para outra votação no plenário do Senado. Se for aprovado, não precisa passar por sanção presidencial e o referendo terá de ser realizado. A proposta aprovada foi apresentada pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que tem atuado para evitar a privatização da Chesf, empresa da Eletrobrás que atua na região Nordeste. O texto, que já passou pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, só precisava passar pela CCJC. Nos plenários, a proposta precisa apenas de maioria simples para que o referendo seja aprovado. Se for confirmado, a população vai votar se é contra ou a favor da lei que tratará da privatização da Eletrobrás, ou seja, é analisada a proposta em si. No caso de um plebiscito, como se previa originalmente, se trataria apenas de uma manifestação prévia sobre a ideia de se privatizar a estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais

Título: Nota

» Novos rumos. Após sair do PSB, o **ministro Fernando Coelho (Minas e Energia)** decidiu ingressar no DEM e não mais no PMDB.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Gás de cozinha terá nova regra de preço

Petrobrás anunciou mudança na metodologia do reajuste, para ‘suavizar os impactos’; botijão já teve alta de 68% este ano na refinaria

Na mesma semana em que anunciou o oitavo reajuste do preço do botijão de gás em 2017, a Petrobrás decidiu rever a política de preços para o combustível. Em nota, a estatal alega que a metodologia atual traz para o Brasil a volatilidade do mercado europeu e que o objetivo agora é suavizar os impactos do modelo de acompanhamento dos preços internacionais.

Em junho, a petroleira decidiu adotar uma política de reajustes mais frequentes para o gás de cozinha, o que fez o preço do botijão de gás de 13 quilos, o mais utilizado nas residências brasileiras, disparar e contabilizar uma alta de 68% na refinaria. Para o consumidor, no entanto, o ajuste foi um pouco menor, explica o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz.

“O impacto para o consumidor é menor, mas não deixa de ser relevante, o botijão de gás representa 1% da renda familiar, e os ajustes da Petrobrás já correspondem a quatro vezes a inflação”, explicou.

De janeiro a junho de 2017, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Brasil da FGV mediu inflação de 12,2% para o botijão de gás de 13 quilos, um impacto forte na renda das famílias em tempos de inflação no patamar de 3%. Para o economista, no entanto, a mudança de metodologia não deve ter por objetivo reduzir esse efeito, mas sim evitar os sucessivos reajustes, concentrando-os em ajustes mensais, por exemplo.

“Houve um represamento de preços antes (no governo anterior), mas agora não faria sentido. Se o preço do petróleo continuar subindo, vai ter de ser repassado”, disse. Após inúmeros aumentos no governo Fernando Henrique Cardoso, o preço do botijão de gás de 13 quilos ficou praticamente congelado durante os governos Lula e Dilma, com registro de só um aumento, em 2015, o que ajudou a controlar a inflação.

Para o professor da PUCRJ Alfredo Renault, o controle da inflação não parece ser o objetivo da Petrobrás ao anunciar que vai alterar a metodologia de ajuste do botijão de gás.

“O caminho da manutenção de preços dos derivados (de petróleo) alinhados com o preço internacional é fundamental para atrair o setor privado para a área de refino no Brasil. Não acredito que vão mudar essa rota”, disse Renault.

Inverno.

A Petrobrás não informou qual será a nova metodologia, mas disse que a mudança se limita ao botijão de 13 kg. A empresa explicou que o mercado de referência para reajustar especificamente esse produto, a Europa, tem mostrado muita volatilidade nos preços, agravado pelo inverno da região. “A

correção aplicada esta semana foi a última com base na regra vigente”, disse a estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Julio Cesar Lima

Título: Petrobrás recebe R\$ 654 milhões da Lava Jato

Em uma cerimônia ontem na sede do Ministério Público Federal em Curitiba, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, recebeu, simbolicamente, R\$ 653,9 milhões que foram desviados dos cofres da estatal em casos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. Com isso, o total de recursos devolvidos para a Petrobrás desde o início da operação chega a quase R\$ 1,5 bilhão. O valor total pode chegar a R\$ 10,8 bilhões.

Essa foi a décima devolução de recursos à Petrobrás desde maio de 2015. No evento, Pedro Parente falou sobre parcerias com as autoridades e dos investimentos em programas ambientais e de outras naturezas por conta dos recursos recuperados. Ele ressaltou que a Petrobrás, entre todas as empresas envolvidas nos casos de corrupção, foi a única que não se beneficiou.

A Petrobrás não se beneficiou de nenhum novo contrato, nenhuma nova obra, não teve nenhuma vantagem, somos a única vítima”, afirmou. Para ele, a empresa está sendo passada a limpo. “A Petrobrás vem fazendo seu dever de casa, temos uma empresa totalmente diferente”, disse, citando alterações realizadas no âmbito administrativo.

Em relação ao dinheiro devolvido, disse que são recursos roubados “pela quadrilha que lá operava”. O coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, disse que a operação precisa continuar e ser fortalecida. “Essa é uma parte pequena do que está por vir se as investigações permanecerem.

Os corruptos não representam a Petrobrás”, comentou. Segundo ele, a operação atua como em “um deserto”, onde a regra “é não recuperar recursos para os cofres públicos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Eletronuclear tenta adiar pagamento ao BNDES

Empresa, subsidiária da Eletrobrás, tem dívida de R\$ 3,5 bi com o banco; próxima parcela vence no dia 15.

O presidente interino da Eletronuclear, Leonam Guimarães, esteve ontem pela manhã no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pedir um waiver, uma espécie de renegociação que evita a declaração de inadimplência no mercado, para o empréstimo de R\$ 3,5 bilhões que tem com o banco, relativo às obras da usina nuclear de Angra 3.

O executivo corre contra o tempo para tentar evitar pagar o empréstimo, no próximo dia 15 de dezembro, a terceira parcela mensal de R\$ 30 milhões, que, segundo Guimarães, corresponde a 12% da receita bruta da Eletronuclear – uma empresa de economia mista, que é subsidiária da Eletrobrás.

A usina Angra 3 continua com as obras paradas, interrompidas desde a descoberta de irregularidades durante as investigações da Operação Lava Jato, e por tanto sem gerar receita. O BNDES confirmou a reunião mas não deu detalhes. Além do banco, a Eletronuclear possui uma dívida de R\$ 2,9 bilhões com a Caixa Econômica Federal e mais R\$ 50 milhões com fornecedores.

O objetivo da reunião com o BNDES é suspender o pagamento já em dezembro, informou a Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), que ajudou a marcar a reunião com o banco. Guimarães havia informado no início do mês que buscava uma solução para a dívida, que seria o primeiro passo para o saneamento da empresa antes de ser incorporada pela nova holding que será criada com a privatização da Eletrobrás.

Por questão de segurança nacional, a Eletronuclear não poderá ser privatizada, assim como a hidrelétrica de Itaipu e outros ativos binacionais da estatal do setor elétrico. Esses ativos serão reunidos em uma nova holding, ainda sem nome, enquanto a Eletrobrás terá seu capital pulverizado na Bolsa de Valores.

Na época, o executivo informou que a companhia está prestes a assinar acordo com um consórcio formado pela francesa EDF e a japonesa Mitsubishi, nos mesmos moldes que já foram assinados com a chinesa CNNC e a russa Rosatom. “Esses acordos são uma maneira de formalizar essas discussões preliminares para uma futura parceria”, disse.

Ele afirmou ainda que a entrada de um sócio é fundamental para o término da usina nuclear Angra 3, que está 64% pronta mas ainda depende de R\$ 13 bilhões para ser finalizada. Entretanto, alerta, que nenhum sócio vai entrar se a tarifa de Angra 3 não for elevada, o que seria o passo seguinte ao equacionamento da dívida. “Esse é o passo seguinte. Primeiro tem que

equacionar a dívida e depois tem que estabelecer condições minimamente atrativas para um sócio.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Credores externos vencem disputa sobre navio da OSX

Detentores estrangeiros de bônus emitidos pela OSX-3 Leasing, para financiar a construção de navio-plataforma para a OSX, do empresário Eike Batista, ganharam o direito de preferência para receber os pagamentos da empresa. Eles venceram, no Superior Tribunal de Justiça, uma batalha que teve começo em 2014. O caso foi iniciado com o pedido de penhora do navio pelo BTG Pactual, após a execução de uma dívida de aproximadamente US\$ 27 bilhões da OSX. Representados pelo escritório Felsberg, os credores que adquiriram US\$ 500 milhões em bônus emitidos pela OSX-3 protestaram sob o argumento de que, como detentores da hipoteca do navio dada em garantia, tinham direito de preferência nos pagamentos.

» Revés.

Os bondholders haviam perdido a causa em primeira e segunda instâncias nos tribunais de São Paulo, com o entendimento dos juízes de que o navio-plataforma estava em águas brasileiras e que a hipoteca não tinha validade no País, visto que foi registrada na Libéria. Tal decisão deixou a indústria naval e financiadores estrangeiros inquietos, uma vez que há cerca de 500 embarcações atracadas na costa brasileira com registro estrangeiro. Sobretudo, causou estranheza porque a decisão desrespeitou tratados internacionais do direito marítimo assinados pelo Brasil. O BTG Pactual saiu do processo, por meio da venda desse crédito, há cerca de um ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: GM vai lançar veículo elétrico em 2018

Automóveis. Segundo presidente da montadora no Mercosul, carro elétrico será importado e programa Maven, agora restrito aos funcionários, passará a ter operação comercial; GM lidera vendas no Brasil desde 2015 e deve investir R\$ 4,5 bilhões no País até 2020

Líder do mercado brasileiro há dois anos, a americana General Motors deverá trazer ao Brasil em 2018 os primeiros veículos 100% elétricos importados para testar o interesse do consumidor local pela novidade. Além disso, a montadora iniciará a primeira operação comercial do serviço de aluguel de veículos Maven, que já funciona em várias metrópoles norte-americanas.

No Brasil, por enquanto, o serviço está restrito aos funcionários da empresa e disponível em todas as unidades da GM. Segundo o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, a intenção da montadora é tentar entender a velocidade da adoção das novidades que a empresa está desenvolvendo globalmente.

Ao contrário de outras montadoras, a GM está otimista em relação às possibilidades do veículo elétrico no Brasil – globalmente, a intenção da multinacional americana é ter 20 modelos elétricos até 2023. “É uma mudança que vai acontecer. E tem algumas indústrias que vão perder com a eletrificação”, disse.

Em visita ao País no mês passado, o presidente global da marca Volkswagen, Herbert Diess, adotou posição diferente: embora a alemã esteja correndo para cumprir metas de vendas de carros elétricos na Europa, ele disse acreditar que, no Brasil, a tecnologia não é a melhor opção para reduzir emissões de gás carbônico. Para ele, a legislação, aqui, deveria priorizar o uso do etanol.

A discussão do elétrico versus o etanol é relevante dentro das discussões do Rota 2030, programa que vai substituir o Inovar-Auto e deve estabelecer novas regras de benefícios tributários para montadoras. A chegada do serviço Maven – que consistirá em “bolsões” de carros que poderão ser alugados via um aplicativo – e o lançamento do elétrico no País (provavelmente, o modelo Bolt) poderão ser concomitantes, disse Zarlenga.

O executivo explicou que, antes de tentar vender o veículo elétrico, a GM poderá locá-lo pelo Maven para testar o interesse do consumidor. O produto tem uma barreira de preço, já que dificilmente custaria menos de R\$ 100 mil por aqui.

Investimentos.

Após renovar boa parte de sua linha entre 2013 e 2016 – e de assumir a liderança do mercado –, a General Motors reduziu os lançamentos em 2017.

Para 2018, há a expectativa de novidades, como um novo SUV (utilitário leve) – notícia que Zarlenga não quis confirmar. A companhia anunciou investimentos de R\$ 4,5 bilhões no Brasil até 2020, divididos entre as unidades de São Caetano do Sul (SP), Joinville (SC) e Gravataí (RS).

A recuperação do mercado brasileiro em 2017 também ajudou a trazer a operação da GM na América do Sul – na qual a participação do Brasil é superior a 50% – ao primeiro resultado positivo em quase três anos.

O lucro da companhia na região foi de US\$ 59 milhões no terceiro trimestre de 2017. A GM trabalha com expansão de até 15% para o mercado brasileiro no ano que vem – caso as expectativas mais otimistas da montadora se confirmem, o Brasil venderá 2,6 milhões de veículos em 2018.

Neste ano, o presidente da GM disse que a montadora tirou proveito do fato de ter sido mais otimista que a média do mercado – isso permitiu que a empresa preparasse a cadeia de fornecedores para a demanda, que deverá ficar em 2,25 milhões de unidades.

De janeiro a novembro de 2017, a GM manteve a liderança isolada do mercado de automóveis e comerciais leves, com 18,13% dos emplacamentos, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Em seguida vêm a Fiat, com 13,45%, e a Volkswagen, com 12,52%. Boa parte do resultado está calcada nas vendas do Ônix, que contabiliza 171,1 mil emplacamentos até novembro, contra 96,8 mil do HB20 (Hyundai) e 87 mil do Ka (Ford).

Apesar de frisar que a GM está tendo bons resultados em segmentos de maior valor agregado, Zarlenga disse que é natural que a liderança de mercado reflita os veículos de entrada. “No Brasil, esses produtos representam cerca de 50% do mercado.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: DE CURITIBA

Título: Lava Jato devolve R\$ 654 mi à Petrobras, maior valor obtido em investigação criminal

O Ministério Público Federal realizou nesta quinta (7) uma cerimônia de devolução de R\$ 653,9 milhões para a Petrobras. Segundo a Procuradoria, esta é a maior quantia já recuperada em uma investigação criminal. A devolução foi possível por meio de acordos de colaboração e leniência da Lava Jato, como os firmados com as empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez. A Procuradoria utiliza a recuperação dos valores como um argumento a favor dos acordos, criticados por parte dos profissionais do Direito e da sociedade civil. Essa é a décima devolução de recursos desde maio de 2015, quando houve a primeira. Com o repasse, o total de recursos transferidos desde o início da operação chega a cerca de R\$ 1,475 bilhão. De acordo com o MPF, esse valor representa

apenas 13% dos R\$ 10,8 bilhões previstos nos 163 acordos de colaboração e nos dez de leniência firmados.

Participaram do evento o presidente da Petrobras, Pedro Parente, e o procurador Deltan Dallagnol, além de representantes da Justiça, da Polícia Federal e da Receita. “Não tenho dúvida de que os corruptos não representam a Petrobras”, afirma Dallagnol, chefe da força-tarefa. “É preciso que o Congresso e o Judiciário preservem o bom funcionamento desses institutos [acordos de colaboração premiada e de leniência]”, diz. Parente afirmou que a Petrobras é “a principal vítima do que foi um gigantesco esquema de desvio de recursos públicos”. Questionado sobre sua indicação à estatal ter partido do PMDB, implicado no escândalo, Parente diz que o apoio dado por Michel Temer à Petrobras foi o maior entre os presidentes.

“Estou absolutamente confortável [no cargo]. A autonomia que Temer deu ao presidente é uma autonomia que nenhum outro presidente deu nas últimas décadas. Não discuto com o presidente outros assuntos que não tenham a ver com a Petrobras.” Com os recursos, Parente afirma que a estatal levará treinamento em compliance (conformidade) para parceiros no terceiro setor. Segundo ele, o programa Petrobras Socioambiental também poderá ter o orçamento elevado. Os valores devem ser utilizados em outros projetos da estatal, como a adequação da plataforma de Mexilhão, na bacia de Santos (SP). A estrutura passa por obras para elevar a capacidade de escoamento de gás do pré-sal. A Petrobras estima que o projeto viabilizará o pagamento de R\$ 600 milhões em royalties até 2023.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Gás abala orçamento de 67% dos brasileiros

Nove em cada 10 consideram que preço subiu muito com nova política de reajuste da Petrobras, mostra Datafolha

Enquanto alta do gás de cozinha tem maior peso no orçamento de mais pobres, os mais ricos sentem a da gasolina

Dois em cada três brasileiros com mais de 16 anos (67%) avaliam que o gás de cozinha compromete muito o orçamento familiar, de acordo com pesquisa do Datafolha. A maioria absoluta (86%) avalia que o preço subiu muito nos últimos seis meses. Desde junho, quando a Petrobras alterou sua política de preços para

o combustível, a alta acumulada no preço de venda do produto pelas refinarias soma 67,8%. Nas revendas, o preço do botijão teve aumento de 15%.

Nesta quinta (7), a estatal anunciou revisão na política, com o objetivo de "suavizar" o repasse das volatilidades do mercado internacional. De acordo com o Datafolha, a percepção do aumento do preço é maior entre as famílias mais pobres, para quem o combustível tem um peso maior no orçamento. Para aqueles que têm renda de até dois salários mínimos (R\$ 1.874), 80% dizem que o orçamento é altamente comprometido pelo preço do gás. Entre os mais ricos, esse percentual é de 33% — 36% que disseram que não há comprometimento algum.

O gás de cozinha é hoje reajustado pela Petrobras de acordo com uma fórmula que considera cotações europeias do butano e do propano (elementos usados na produção do combustível), além da taxa de câmbio. A empresa justificou a proposta de revisão da fórmula alegando que o modelo atual traz para o Brasil volatilidades dos mercados europeu, como a transferência para o consumidor de alta sazonal provocada pela chegada do inverno no hemisfério Norte.

O objetivo da revisão, diz a companhia, é "buscar uma metodologia que suavize os impactos derivados da transferência dessa volatilidade para os preços domésticos".

NOVA FÓRMULA

O reajuste anunciado essa semana foi o último com a fórmula atual. A nova fórmula ainda não foi anunciada, mas a Petrobras diz, no comunicado, que "buscará não perpetuar os efeitos sazonais (inverno) já ocorridos", em um sinal de que pode reduzir o preço. A decisão se aplica apenas ao gás vendido em botijões de 13 quilos. O produto para vasilhames maiores ou a granel, mais usados por comércio e indústria, tem fórmula diferente, que considera também o custo de importação.

A proposta de suavizar as volatilidades foi vista com preocupação no mercado, pelo temor de artificialização dos preços. Na semana passada, a estatal já havia sinalizado revisão da política para o diesel, que também deve reduzir o preço do produto.

GASOLINA

Para 82% dos entrevistados pelo Datafolha, o preço da gasolina também aumentou muito nos últimos meses. Outros 12% dizem que aumentou um pouco. Para 68%, o atual preço compromete muito o orçamento familiar. Mas,

diferentemente do que ocorre com o gás de cozinha, a gasolina causa impacto tanto no orçamento de ricos quanto no de pobres.

Na faixa dos que têm renda de até dois salários mínimos, 69% acreditam que têm o orçamento altamente comprometido, percentual próximo aos 66% da faixa dos que ganham entre cinco e dez salários (de R\$ 4.685 a R\$ 9370). Entre os com renda superior a dez mínimos, 55% avaliam que o preço atual compromete muito o orçamento.

Em julho, a Petrobras autorizou sua área técnica a promover reajustes diários nos preços, com o objetivo de competir com importações. Desde então, o preço nas bombas subiu 15,4%, com forte impacto também do aumento na carga tributária promovido pelo governo no fim de julho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Mantega tinha palavra final sobre reajuste, diz ex-presidente da estatal

Acusada por Ministério Público, Graça Foster afirma que não tinha poder para adotar alta

DO RIO- Em reunião do conselho de administração da Petrobras realizada em agosto de 2014, a ex-presidente da companhia, Graça Foster, reconheceu que a empresa estava "no limite" e que precisava reajustar o preço da gasolina, mas que "não tinha poder para fazê-lo". Em dois meses, a então presidente Dilma Rousseff enfrentaria o primeiro turno em busca do segundo mandato, em uma disputa que foi a mais acirrada entre as eleições após a redemocratização.

A Petrobras pressionava por reajustes desde o início do ano, sem sucesso, segundo mostram trechos de atas de reuniões do conselho de administração da companhia, usadas como provas em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal contra a União e ex-conselheiros da estatal. O MP acusa os controladores de prejudicar a empresa ao postergar reajustes para não atrapalhar a campanha de reeleição de Dilma e pede ressarcimento pelos danos causados, além de condenação de nove pessoas, entre elas Graça Foster e o ex-mi-nistro da Fazenda Guido Mantega.

As atas mostram que a pressão por reajustes se iniciou em meados de 2013, quando resultou em aumentos de 4% no diesel e 8% na gasolina no fim daquele ano, e retomou força ao longo de 2014, diante do estouro nos limites de endividamento da companhia. A palavra final, disse Foster em depoimento dado

em inquérito civil público de 2015 e anexado ao processo do MP, era de Mantega, que presidia o conselho de administração.

"Os aumentos de preços, todos eles, desde o meu primeiro dia até o último dia eram trazidos pelo presidente do conselho", afirmou ela. "Ele ligava para mim e falava: "3(%) no diesel e 5(%) na gasolina", e desligava".

Em seu Plano de Negócios, a Petrobras contava com reajustes de combustíveis para manter o indicador de endividamento sobre geração de caixa abaixo do limite de 2,5 vezes estipulado para o período entre 2013 e 2017. O índice atingiu 4,07 vezes ao final do primeiro semestre de 2014, três meses antes da eleição presidencial. Ainda assim, mostram as atas, o presidente do conselho rejeitou diversos pedidos de reajustes feitos pela empresa

Essa atitude de Mantega levou representantes de acionistas minoritários a acusarem o controlador de gestão temerária. Em reunião no dia 31 de outubro, cinco dias após o segundo turno, Mantega finalmente cedeu e, segundo a ata do encontro, recomendou à diretoria "passar um tempo com os preços acima da paridade a fim de recompor as defasagens do passado".

Em depoimento dado também ao inquérito de 2015, dizem os procuradores, Mantega negou prejuízos à empresa e disse que o estouro do indicador de endividamento foi provocado pelo câmbio e pelos altos investimentos.

OUTRO LADO

Procurada pela Folha, a defesa de Mantega não respondeu ao pedido de entrevista sobre o tema. Graça Foster não foi encontrada. (NP)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Abertura de ofertas da PPP da luz pública em São Paulo é protelada

De São Paulo- A Prefeitura de São Paulo deu prosseguimento à PPP bilionária da iluminação pública do município nesta quinta-feira (7), dando início à análise das garantias das propostas dos concorrentes.

A reunião da comissão de licitações ocorreu após determinação da Justiça de que o processo da licitação, que está parado há dois anos, deveria ter prosseguimento. O contrato, de R\$ 7,2 bilhões, tem duração fixada em 20 anos.

Um dos concorrentes, o consórcio FMRodrigues/CLD, tentou impedir a continuação do certame ainda nesta semana, via ação judicial, mas não obteve sucesso. Ela é a atual prestadora de serviços da cidade, com um contrato emergencial firmado em outubro.

Seu único concorrente, o consórcio Walks esperava que os envelopes com as ofertas fossem abertos ainda nesta quinta, o que não ocorreu. Segundo a prefeitura, porém, foi seguido o rito normal de uma licitação deste tipo.

Os dois consórcios têm, agora, dois dias úteis para comprovar que pagaram suas apólices. Depois, será feita a análise e publicada a habilitação das empresas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Reajuste do gás terá nova metodologia

Em função dos constantes aumentos nos valores do botijão de gás de cozinha (GLP), a Petrobras vai rever a política de preços do produto. A mudança ocorre depois de reclamações de consumidores, que chegam a pagar mais de R\$ 85 em Brasília. De junho para cá, quando a estatal adotou a metodologia de acompanhar a cotação do mercado internacional, o reajuste chegou a 59%. A expectativa é de que haja uma redução.

A última correção no preço ocorreu na última terça-feira, 5, quando a petroleira aumentou em 8,9% o valor nas distribuidoras. Segundo a companhia, este foi o último ajuste com base na política antiga de preços. Apesar do anúncio de mudança, a estatal ainda não definiu como será a nova metodologia. Seja ela qual for, os consumidores esperam que o produto fique mais barato.

A empregada doméstica Juliana Rodrigues, 52 anos, criticou a alta recente. “Custava R\$ 40 e, repentinamente, subiu para R\$ 80. Não tem outra opção que não seja a de usar menos”, afirmou. Na casa dela, o botijão dura cerca de dois meses e, para economizar, ela cozinha mais do que o necessário para uma refeição. “Faço jantar num dia e tento deixar o máximo de sobra para congelar e não precisar gastar mais gás. É o jeito”, contou.

A Petrobras informou que a forte volatilidade ocorre por conta do preço internacional, que está sendo impactado pelo inverno na Europa. Mesmo sem detalhar a metodologia, a estatal informou que a nova política continuará seguindo as cotações externas.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), declarou que

é uma medida equivocada definir os preços de acordo com a reclamação dos consumidores, porque os valores variam no exterior e não cabe a petroleira ter prejuízo. “No passado, o preço da gasolina era segurado para não impactar a inflação. E isso levou à quebra da Petrobras. Quando o trigo aumenta, o pão, também. Café, açúcar. Tudo é commodity. Então, eu não aprovo uma metodologia embasada na opinião pública”, apontou.

Na última quarta-feira, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro denunciou integrantes do Conselho de Administração da Petrobras por adotarem uma política que segurava os preços, entre eles, o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e a ex-presidente da Petrobras Graça Foster.

A advogada Suely da Silva declarou que pagou R\$ 86 no último botijão. Ela afirmou que está caro, mas que não pode julgar as altas. “O combustível também não está baixando. Então, temos que ver também o lado deles, se é possível diminuir. Eu, particularmente, só não aprovo o anúncio de aumento na noite do dia anterior, que não dá tempo de comprar por um preço mais em conta”, disse.

A aposentada Susana Araújo, 51, vê de outra forma. “Nossos salários não aumentam como sobem os preços do botijão. Cada dia a situação nas contas de casa pioram”, afirmou. A Petrobras comunicou que responde por 25% do valor final do preço do produto. Outros 20% são impostos e o restante é composto por distribuição e revenda.

De janeiro de 2003 a agosto de 2015, a companhia não realizou reajustes no valor repassado às distribuidoras. Mas, mesmo assim, houve uma alta de 56% no período. De agosto de 2015 a dezembro de 2016, a estatal aplicou um aumento de 15%. “Ou seja, em cerca de 12 anos, a companhia realizou um ajuste de 15% no preço do GLP residencial nas vendas às distribuidoras”, defendeu a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Projeto de privatização da Eletrobras aguarda decisão do Supremo

O governo vai aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o risco hidrológico da geração de energia elétrica para enviar ao Congresso o projeto de lei que trata da privatização da Eletrobras. A avaliação no Planalto é que o entendimento do STF sobre a matéria pode afetar o valor de mercado da estatal, com efeito incerto sobre a operação de aumento de capital pela qual a União vai reduzir sua participação acionária.

A ação, que tramita desde 2015, é movida por associações representativas das hidrelétricas e trata do valor que elas têm que desembolsar sempre que o volume de energia gerada em um determinado período é inferior ao que as usinas se comprometeram, em contrato, a entregar.

Após liminares favoráveis e contrárias em instâncias judiciais inferiores, o caso foi encaminhado ao ministro do STF José Antonio Dias Toffoli. Representantes do **Ministério de Minas e Energia** se reuniram recentemente com Toffoli na tentativa de agilizar a análise da matéria. O gabinete do ministro informou que o processo está sendo analisado e não indicou prazo para a emissão de um parecer final.

Na ação, as usinas pedem para serem responsabilizadas por, no máximo, 5% do déficit na relação entre geração e entrega. Esse cálculo é conhecido como GSF (Generation Scaling Factor, na sigla em inglês). Hoje, o indicador está negativo em cerca de 30%, o que tem gerado prejuízos de bilhões de reais.

As empresas argumentam que intervenções políticas no setor elétrico interferiram no cálculo, causando desequilíbrio econômico-financeiro no setor de geração de energia hidrelétrica, "razão pela qual os ônus daí decorrentes não poderiam ser impostos" às usinas.

Sem recursos para arcar com o déficit, as empresas se penduram em liminares para não terem que pagar todo o rombo. Em setembro, o valor da inadimplência das usinas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCCE) estava em cerca de R\$ 5 bilhões.

"Os custos associados às intervenções políticas malsucedidas - que desequilibraram o planejamento e a operação do setor elétrico - não podem ser embutidos no conceito de risco hidrológico, razão pela qual os geradores hidrelétricos não podem ser responsabilizados por tais cobranças, tal como pretendem a União e, especialmente, a Aneel", argumentam as empresas.

Uma medida provisória em análise pela Casa Civil estabelece um acordo para contornar esse problema. As empresas abririam mão das liminares e dos valores que alegam ter a receber e, em troca, receberiam o montante equivalente na forma de prorrogação dos prazos previstos em seus contratos de concessão.

O governo, no entanto, também prefere aguardar a decisão final do STF sobre o risco hidrológico para publicar a MP, que seguiria para o Congresso Nacional paralelamente ao projeto de lei de privatização da Eletrobras.

Quando o projeto foi enviado à Casa Civil, no mês passado, o Ministério de Minas e Energia tinha uma perspectiva relativamente otimista para a aprovação da matéria no Congresso. Uma sondagem feita na Câmara indicou que quase

60% dos deputados estavam inclinados a aprovar a privatização. Em levantamento mais recente, porém, a propensão à aprovação caiu para menos de 50%. Governadores do Nordeste já se manifestaram contra a operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Alimento em queda atípica segurou IPCA, dizem analistas

Atípica para o fim do ano, a queda dos alimentos persistiu em novembro e desacelerou a inflação, mesmo com as maiores tarifas de energia elétrica, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 27 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuou de 0,42% em outubro para 0,35% no mês passado.

As projeções para o indicador oficial de inflação, a ser divulgado amanhã pelo IBGE, vão de aumento de 0,31% até 0,47%. Se confirmadas as expectativas, o IPCA acumulado em 12 meses terá subido novamente, para 2,88%, ante 2,7% até outubro. Ainda assim, são consideradas grandes as chances de a inflação encerrar 2017 abaixo de 3%. Neste caso, o Banco Central terá de enviar uma carta ao Ministério da Fazenda para explicar por que o IPCA subiu menos do que o piso do regime de metas.

Os alimentos surpreenderam com retração mais forte do que o previsto no IPCA-15 de novembro, movimento que tende a ser mantido no fechamento do mês, avalia Márcio Milan, da Tendências Consultoria. Em seus cálculos, o grupo alimentação e bebidas caiu 0,40%, deflação mais forte que a registrada na medição anterior, de 0,05%.

"Os preços agrícolas tiveram desaceleração adicional há dois meses e agora isso está sendo repassado para o varejo", afirma Milan. Com trigo, milho e soja em baixa, a parte de farinhas e panificados e também as carnes devem mostrar recuo maior em novembro. Além disso, não há nenhuma pressão significativa dos itens in natura, porque o clima está favorável às colheitas.

O quadro benigno para a inflação de alimentos coloca viés de baixa na estimativa para o IPCA de dezembro, diz Milan, e, consequentemente, na projeção para 2017. A Tendências trabalha com alta de 0,44% para o índice neste mês, o que o levaria a terminar o ano com alta de 3%. "Trabalhamos com estabilidade da parte de alimentação em dezembro, mas é possível que ocorra outra deflação", disse.

Segundo a equipe econômica do UBS, a inflação de novembro deve ter mantido o mesmo padrão observado ao longo do ano, com os alimentos em terreno negativo, alguma pressão de preços monitorados, especialmente das tarifas de eletricidade, e núcleos de inflação controlados. Nas estimativas do banco suíço, o IPCA ficou em 0,33% no mês passado, enquanto o índice em 12 meses aumentou para 2,9%.

Devido à mudança na bandeira tarifária das contas de luz - que passou do segundo patamar da cor vermelha em novembro para o primeiro em dezembro - a inflação deste mês deve ser menor, observam os economistas do UBS. Por isso, o banco considera rever para baixo sua previsão atual para a alta do IPCA em 2017, atualmente em 3,1%.

"A boa surpresa do IPCA-15 jogou os números de novembro para menos do que se imaginava e provavelmente dezembro também deverá ser baixo, com a virada de energia e com os alimentos não dando sinais de preocupação", comenta Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Vale estima a alta do IPCA do mês passado em 0,40%.

Jankiel Santos e Flávio Serrano, do Haitong, destacam que, se confirmada a projeção de avanço de 0,36% para o IPCA do mês anterior, a inflação acumulada em 12 meses terá aumentado para 2,89%, ainda abaixo do piso do sistema de metas, que é de 3%. Contraria o argumento de que a inflação mais comportada é pontual, de acordo com os dois economistas, a variação dos núcleos de inflação, que excluem ou reduzem o impacto de itens mais voláteis sobre o IPCA.

Santos e Serrano estimam que a média mensal dos três núcleos de inflação calculados pelo Banco Central subiu 0,27% em novembro, o que corresponderia a uma variação anualizada de 3,6%. A taxa, ainda baixa, reforça a avaliação de que não há pressões inflacionárias na economia brasileira, afirmam os economistas do banco chinês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Rosas | Do Rio

Título: Atacado acelera e puxa IGP-Di, mas sem sustos

A recente aceleração dos preços no atacado deve tornar mais rápida a volta ao terreno positivo da inflação acumulada em 12 meses pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mas isso ainda está longe de significar pressão sobre os preços para 2018. A afirmação é de Salomão Quadros, superintendente-adjunto de Inflação do Instituto Brasileiro de Economia da

Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), para quem mesmo uma alta de curto prazo da inflação deve ficar concentrada no atacado e em poucos produtos.

Ontem, o Ibre-FGV informou que o IGP-DI de novembro ficou em 0,80%, depois de avançar apenas 0,10% em outubro. Com isso, a inflação acumulada em 2017 até novembro, segundo o IGP-DI, é negativa em 1,15%. Em 12 meses, o IGP-DI acumula variação de -0,33%.

A maior parte da alta de novembro foi causada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que subiu 1,06% em novembro depois de recuar 0,03% no mês anterior. Quadros ressaltou que essa mudança de trajetória do IPA - com peso de 60% no IGP-DI - ficou concentrada em minério de ferro e combustíveis.

No caso do minério, ainda houve queda de preços no mês passado. O produto, que pesa cerca de 5% no IPA, passou de uma variação de -12,35% em outubro para -3,75% no mês passado, mas indicando uma aceleração que, segundo Quadros, deverá entrar no terreno positivo em dezembro. Já combustíveis e lubrificantes avançaram de 0,54% em outubro para 7,02% em novembro.

"O minério está em fase de aceleração este mês. Estava na faixa de US\$ 60 por tonelada e agora está na faixa de US\$ 70 por tonelada. O minério tende a acelerar e ele pesa mais de 5% no IPA", diz Quadros, que calcula a influência do minério em novembro em cerca de 0,3 ponto percentual do total de 1,06% do IPA. "Foi quase 30% do IPA".

O minério é o único produto relevante que pode exercer forte pressão no atacado no mês que vem, segundo Quadros. Por isso, o mais provável é que o IGP-DI acumulado em 12 meses volte ao terreno positivo apenas em janeiro, diz.

Sobre uma eventual pressão inflacionária em 2018, Quadros diz que o risco é baixo. Segundo ele, não há sinais de aquecimento de preços. Ele pondera que os alimentos deverão ficar "menos comportados", mas longe de causar preocupação. Ressalvando que "o clima sempre surpreende", Quadros ressalta que os seguidos períodos de deflação de alimentos não deverão se repetir.

"É muito improvável que uma supersafra como a deste ano se repita ano que vem. Mas os alimentos, por enquanto, apontam que vão se manter comportados, longe de oferecerem pressão para o consumidor. Talvez gerem uma aceleração de 1,2 ou 1,3 ponto percentual na inflação, o que está longe de ser um problema."

Ele frisa que um bom sinal deverá vir dos serviços, que sofrem de uma inércia natural, pois são alimentados pela inflação passada. Com isso, a inflação baixa

deste ano traz expectativa de preços sem grande aceleração dos serviços em 2018.

Ainda dentro do IGP-DI de novembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30% no IGP-M, subiu 0,36% em novembro ante 0,33% no mês anterior. Com os 10% restantes do IGP-DI, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve em novembro a mesma taxa de variação de outubro: 0,31%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Leilão de transmissão será feito no 1º semestre de 2018

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) indicou que deverá ser realizado leilão de linhas e subestações de transmissão de energia elétrica no primeiro semestre de 2018.

Em comunicado divulgado após reunião, o CNPE informou que o conjunto de lotes deste certame responde por R\$ 11 bilhões em novos investimentos.

De acordo com o conselho, será realizado um segundo leilão de transmissão no segundo semestre do ano que vem, ainda sem data definida.

Sobre o próximo leilão, marcado para daqui uma semana, no dia 15 de dezembro, há "boa expectativa" de negociação dos empreendimentos, que somam R\$ 8,7 bilhões em investimentos.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia destacou os resultados positivos dos leilões deste ano. Em abril, por exemplo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) registrou o deságio de 36,47% sobre a receita dos novos projetos definida em edital. Na ocasião, foram arrematados 31 dos 35 lotes ofertados no leilão, proporcionando expectativa de R\$ 12,7 bilhões de investimentos.

"Os resultados evidenciam a retomada da confiança dos investidores nas oportunidades do segmento de transmissão no Brasil", ressaltou a nota do **Ministério de Minas e Energia**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Para setor elétrico, risco hidrológico é o problema mais urgente

O Ministério de Minas e Energia enviou há um mês para a Casa Civil o texto da medida provisória que busca apresentar uma solução para o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) das usinas hidrelétricas. O GSF é apontado como o problema mais urgente no setor elétrico, devido à guerra de liminares, que já travou R\$ 4,66 bilhões em valores no mercado de curto prazo de energia, e pode levar à repetição do que ocorreu em 2015, quando foram paralisadas as liquidações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A projeção mais recente da CCEE indica GSF médio de 79% em 2017. Isso significa que as hidrelétricas só poderão gerar 79% das garantias físicas. Uma usina que tenha 100 MW médios de garantia física só vai gerar 79 MW médios. Se a empresa tiver vendido 95 MW médios, vai precisar comprar os 16 MW médios restantes de outros geradores, ou ficará exposta ao mercado livre, no qual o preço está por volta de R\$ 220 o MWh, e chegou ao teto de R\$ 533/MWh nos últimos meses. Isso pode gerar um rombo de até R\$ 40 bilhões no setor elétrico neste ano.

A MP permite estender por até 15 anos as concessões das usinas que decidam aderir à proposta. O texto expurga do GSF fatores como a geração de termelétricas fora da ordem de mérito, as limitações de transmissão de energia por atrasos em obras e a diferença entre a garantia física de usinas em fase de motorização e os valores gerados no período. Tudo isso será retroativo a 2013, com efeitos permanentes a partir de agora.

Essa solução para o GSF é considerada fundamental para a privatização da Eletrobras, que ficará com mais de 14 gigawatts (GW) descontratados na carteira, se tudo der certo. Essa energia hoje é alocada no regime de cotas de garantia física e potência, que remunera os geradores apenas pela operação e manutenção das usinas. A privatização depende da "descotização" dessa energia, que poderá ser vendida às distribuidoras ou no mercado livre. A gestão do GSF caberá à Eletrobras.

Outro ponto importante da MP é a solução para a privatização das distribuidoras da companhia. O texto traz alterações na Lei 12.211, que trata dos sistemas isolados - regiões no Norte não conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Eletrobras poderá pleitear que a Aneel reconheça alguns créditos que suas distribuidoras têm na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Joaquim Francisco de Carvalho

Título: Privatizações discutíveis

Nestes últimos meses temos assistido a embates muito enviesados ideologicamente, entre privatistas e estatizantes.

A bem da objetividade, coloquemos a questão no contexto da diferença que existe entre os conceitos de espaço privado e espaço público.

O espaço privado deve ser ocupado por corporações e empresas industriais, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e outras, que têm entre os seus objetivos o de gerar lucros para os acionistas. Neste espaço também cabem alguns serviços públicos, como os transportes, os correios, as telecomunicações, etc.

No espaço público ficam atividades não lucrativas, tipicamente estatais, como a diplomacia, a segurança nacional, o policiamento, o ensino básico, o saneamento e a saúde pública - além de certas "utilities", vitais para as demais atividades e que sejam monopolizáveis.

Como se sabe, a energia elétrica constitui um monopólio natural, do qual dependem a produção industrial, o comércio, as comunicações, a pesquisa científica, os hospitais, o lazer, a conservação dos alimentos, ou seja, praticamente tudo. Portanto, as tarifas de eletricidade impactam todos os custos da economia e constituem um efficientíssimo instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores - e das famílias.

Assim, tarifas elétricas não devem ser formadas no espaço privado, pois aí os empreendimentos têm entre os seus objetivos o de gerar máximos lucros para os acionistas, em curto prazo.

No caso do Brasil, deve-se ainda levar em conta que a principal característica do sistema elétrico é a de ter como fonte primária a energia dos rios.

Ora, a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios hidrelétricos, ao lado de outras, igualmente importantes, como o abastecimento de água, a irrigação, o controle de enchentes, a navegação interior, etc.

Tudo isto implica importantes despesas permanentes em preservação ambiental. A experiência mostra que investidores privados não fazem tais despesas.

Por esta razão, até nos Estados Unidos, onde o sistema é preponderantemente termelétrico e privado, as grandes hidrelétricas pertencem e são exploradas por empresas públicas, como a Tennessee Valley Authority, a North Western Energy Company e a Bonneville Power Administration, além de inúmeras prefeituras e cooperativas - e até pelo Exército.

As mazelas das empresas brasileiras de energia, começando pela Eletrobras, devem-se, principalmente, ao corporativismo e à interferência de políticos, que as usam para empregar protegidos - quando não para coisas piores.

Privatizar as empresas não resolve o problema. Seria melhor despolitizá-las e profissionalizá-las

Privatizar as empresas não resolve o problema. Melhor seria despolitizá-las e submetê-las a administrações profissionais, supervisionadas por órgãos de controle integrados por representantes credenciados por associações e federações da indústria e do comércio (que são os maiores interessados na qualidade dos serviços e em manter as tarifas sob controle) e por especialistas de notória capacidade técnica, pertencentes aos quadros das próprias empresas. Esses órgãos de controle teriam assento nas reuniões das diretorias executivas, com poder de veto sobre decisões claramente descabidas, relativas a concorrências, contratações de pessoal, publicidade, etc.

Considerando-se apenas o caso da Eletrobras e subsidiárias - e supondo-se que a ingerência política e a corrupção sejam eliminadas - é fácil avaliar o, digamos, "potencial lucrativo" das hidrelétricas ainda pertencentes à essa empresa. Como praticamente todas essas hidrelétricas já têm idades em torno de 30 anos, o capital nelas investido já foi quase todo amortizado, de modo que seus custos de geração se resumem em custos de operação e manutenção, preservação ambiental, custos administrativos, seguros e tributos, totalizando cerca de R\$ 35/MWh. Esta energia poderia ser repassada às concessionárias por uma tarifa de R\$ 150/MWh.

As hidrelétricas da Eletrobras respondem por uma oferta da ordem de 130 milhões de MWh por ano, portanto o potencial lucrativo dessas hidrelétricas pode chegar a R\$ 16 bilhões/ano.

Em vez de abrir mão desse extraordinário fluxo financeiro, o governo deveria destinar uma parte - digamos, 40% - para uma "nova" Eletrobras, já "despolitizada", que aplicaria esta receita no próprio sistema elétrico. Outros 40% reforçariam um "pacote" de medidas destinadas a reformar a previdência social. Os 20% restantes capitalizariam um fundo soberano a ser criado no BNDES ou no Banco do Brasil, cujas ações (autênticos blue chips) seriam vendidas ao público. As empresas estaduais que foram "federalizadas" em prejuízo da Eletrobras, estas devem ser privatizadas. O mesmo deve ser feito com as termelétricas.

Lembremos, por fim, os argumentos empregados na campanha pela privatização das empresas de eletricidade, durante o governo do presidente FHC.

Na época, dizia-se que as tais empresas arruinavam o país e que o Estado não dispunha de recursos para expandir o sistema elétrico, papel que caberia à iniciativa privada.

Prometia-se que, no ambiente competitivo do mercado, as tarifas ficariam mais baratas, e afirmava-se que, libertando-se da responsabilidade de administrar estatais, o Estado poderia dedicar-se mais aos programas de ensino básico, saúde, segurança pública, etc.

Os fatos desmoralizaram esses argumentos e promessas. Entre 1996 e 2006 as tarifas subiram mais de 77% acima da inflação. Os programas de ensino e saúde pública continuaram à míngua e a segurança pública é um desastre.

Os novos controladores das antigas estatais não se interessaram por expandir o sistema, preferindo reduzir investimentos e aumentar tarifas, para maximizar seus lucros. Como muitos desses controladores eram grupos estrangeiros, as remessas de lucros começaram a pesar sobre as contas externas.

E as expansões da capacidade do sistema continuaram a ser subvencionadas pelo Estado, por meio do BNDES.

Joaquim Francisco de Carvalho é mestre em engenharia nuclear e doutor em energia pela USP, foi engenheiro da CESP e diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Light e Supervia mantêm litígio na Justiça

A Justiça negou o pedido de falência da Supervia feito pela Light em dezembro de 2016. E também negou o pedido de indenização por danos morais feito pela concessionária de transportes ferroviários contra a companhia de energia por conta do pedido de falência. Com uma vitória e uma derrota para cada lado, as empresas prometem recorrer e manter a disputa viva nos tribunais.

Em dezembro de 2016, por uma dívida de R\$ 38 milhões, a Light pediu a falência da Supervia, seu maior cliente. O juiz Paulo Assed Estefan, da 4ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, entendeu que a concessionária de transporte é responsável por 31,35% da dívida. O restante é relativo ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da companhia e deve ser equacionado pelo governo fluminense.

"O restante, ou seja, 68,65% pendem de definição e, destarte, não serve ao pedido falimentar", afirmou o magistrado em sua decisão, proferida na última semana.

Por outro lado, o juiz também julgou improcedente o pleito da Supervia de indenização por danos morais e materiais provocados pelo pedido de falência feito pela Light. "Com relação ao pedido contraposto, não se vislumbra má-fé no litígio iniciado pela autora [Light], que nada mais fez que buscar o que entendia ser seu direito. A questão que se apresenta é complexa e não se poderia cobrar dela a inércia", completou Estefan.

A Supervia quer reaver a quantia já depositada em relação à parcela de 31,35%, e obter a indenização por danos morais e materiais. "Isso [pedido de falência] gera um problema reputacional perante ao mercado para a Supervia", afirmou o presidente da Supervia, José Carlos Prober.

A companhia ferroviária ainda não calculou a cifra que considera ser adequada para a reparação dos danos. O valor deve considerar o período de exposição da empresa, desde o ingresso do pedido de falência, há cerca de um ano, até a decisão recente da Justiça.

Já a Light informou, em nota, que entrou com o pedido de falência após esgotar todas as possibilidades de negociação. "A Light cumpriu todos os procedimentos de cobrança e regulatórios anteriores ao pedido de falência, bem como realizou diversas reuniões com a Supervia em busca da efetiva regularização do fluxo de pagamentos", acrescentou a elétrica.

A disputa entre duas das maiores empresas do Rio chegou aos tribunais em novembro de 2016, quando a Supervia entrou na Justiça contra o governo estadual para buscar o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, afetado pela forte elevação das tarifas de energia. Devido à escassez de chuvas, em 2015, a fatura mensal de energia da Supervia havia saltado da faixa de R\$ 4,5 milhões a R\$ 5 milhões para cerca de R\$ 9 milhões a R\$ 10 milhões, não sendo suportada pela receita da tarifa de trem.

Nesse processo, que tramita na Vara de Fazenda Pública, o juiz determinou a inclusão da Light no polo passivo da ação. Também foi incluído um parecer da Agetransp (agência reguladora de transportes do Estado) que atesta o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão ferroviária, devido à elevação do custo com energia.

Com o respaldo da autarquia, a Supervia tem pago mensalmente à Light o valor que está dentro do equilíbrio econômico-financeiro, deixando em aberto uma parcela, atualmente de 10% a 15%. "Nós consignamos o pagamento da parte

em que não há controvérsia e deixamos sem pagar a parte que nós e a agência [Agetransp], que nos dá respaldo, consideramos desequilibrada", explicou Prober.

O montante acumulado em aberto, relativo à parte em que não há consenso entre as empresas, totaliza hoje cerca de R\$ 70 milhões, segundo o executivo.

A Light, por sua vez, diz que a dívida atual está em R\$ 88 milhões. A companhia afirma que pode receber o valor "de forma amigável ou, em última instância, na Justiça".

No entendimento da Supervia, a quitação desse valor deve ser gerenciada pelo governo do Rio de Janeiro, seja por pagamento direto ou isenção fiscal.

O presidente da companhia de trens disse que, apesar da disputa judicial, a empresa está aberta ao diálogo. "Há algum tempo, não sentamos com a Light, embora sempre comunicamos que não existe nenhuma restrição do nosso lado para sentar para conversar".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel tem três dias para refazer cálculo da CCC

O desembargador federal Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF-1), exigiu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) refaça em até três dias, a partir da data de notificação da instituição, os cálculos relativos à Conta de Consumo de Combustível (CCC) da Amazonas Energia, que haviam indicado inicialmente que a subsidiária da Eletrobras deveria ressarcir em R\$ 3 bilhões a CCC, a título de despesas com combustíveis para geração de energia no Estado.

O magistrado determinou ainda que, caso a Aneel não refaça as contas no prazo previsto, o processo seja remetido ao Ministério Público Federal, para "eventual conduta típica penal". Na prática, a decisão deve contribuir para a aceleração do processo de privatização da distribuidora do Amazonas.

A medida ratifica decisão tomada pelo desembargador em outubro e ainda não cumprida pela agência. Na prática, o magistrado quer que a Aneel retire do cálculo os custos relativos à infraestrutura construída para transportar o gás natural no Amazonas, que não pode ser cobrado da Amazonas Energia, por se tratar de um investimento inserido em uma política energética governamental.

O recálculo pela Aneel pode gerar efeito positivo para a privatização da Amazonas Energia. Isso porque a conta pode se tornar positiva para a Eletrobras. A estatal diz ter a receber R\$ 2 bilhões da CCC, relativa à subsidiária, ao invés de ter que ressarcir a conta.

A quantia referente à CCC faz parte do montante da ordem de R\$ 8,9 bilhões em aberto com relação a dívidas ou créditos que as distribuidoras da Eletrobras possuem sobre a compra de combustível para geração de energia no Norte e Nordeste. Devido à indefinição sobre os valores, o conselho de administração da Eletrobras adiou a decisão sobre a modelagem de venda das distribuidoras.

Pelo documento, elaborado pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), a Eletrobras deve arcar com R\$ 11,2 bilhões de dívidas das distribuidoras, além de débitos ou créditos relativos a encargos setoriais dessas empresas até a data de transferência do controle das companhias.

Além da Amazonas Energia, a Eletrobras pretende privatizar, até abril de 2018, a Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR), Cepisa (PI) e Ceal (AL).

Para o advogado Gustavo de Marchi, do Décio Freire & Associados, que representa a Amazonas Energia, a decisão será determinante para o avanço da privatização da distribuidora. A Aneel não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks e Adam Samson | Financial Times, de Nova York e Londres

Título: GE vai demitir 12 mil na divisão de energia

O novo executivo-chefe da General Electric (GE) deu seu segundo passo na reorganização radical da companhia com a eliminação de 12 mil empregos na deficitária divisão de equipamentos de energia, recuando numa iniciativa que era característica de seu antecessor Jeff Immelt.

As demissões, que respondem por cerca de 4% da força de trabalho total de 295 mil pessoas da GE (no fim do ano passado), ocorrerão principalmente fora dos Estados Unidos e serão particularmente duras na Europa, onde Immelt gastou US\$ 10 bilhões na malfadada aquisição da operação de energia da Alstom.

A divisão GE Power, que inclui os negócios de energia e rede da Alstom, fabrica turbinas e outros equipamentos para usinas geradoras movidas a gás e carvão que vêm sendo afetados pela ascensão das energias renováveis.

As demissões decididas por John Flannery, que assumiu como executivo-chefe do grupo em agosto, acontecem um mês após ele ter reduzido os dividendos da companhia pela segunda vez desde 1938, e decidido se desfazer de duas das divisões mais antigas, incluindo as partes remanescentes da operação de iluminação criada por Thomas Edison.

As demissões na GE Power devem ajudar a reduzir os custos da divisão em US\$ 1 bilhão, como parte de uma redução planejada de US\$ 3,5 bilhões em todo o grupo durante o atual ano fiscal. Metade das demissões ocorrerá na Europa, com cerca de 1,1 mil no Reino Unido e 1,4 mil na Suíça.

Russell Stokes, executivo da GE Power, disse que as demissões são dolorosas mas necessárias, para que a companhia possa responder a mudanças no mercado que estão reduzindo os volumes de produtos e serviços vendidos.

No mês passado, a concorrente alemã Siemens anunciou milhares de demissões em sua divisão de energia. Cerca de 110 grandes turbinas a gás para geração de energia deverão ser vendidas este ano, segundo a Siemens, pouco mais que um quarto da capacidade global de produção de cerca de 400 unidades por ano. Lisa Davis, que comanda os negócios de energia e gás da Siemens, disse que a indústria da geração de eletricidade enfrenta uma ruptura sem precedentes no alcance e velocidade.

Os problemas da GE foram exacerbados pela aquisição de operações da Alstom, que se concentram na geração de energia com a queima de carvão. A GE também foi otimista demais em relação ao mercado de energia gerada a gás neste ano, superestimando a demanda pelos pacotes de serviços para a melhoria de desempenho, e pelas turbinas menores usadas somente durante os picos de demanda por eletricidade.

Stokes disse que a divisão continuará sendo um projeto em andamento em 2018. Ele acrescentou: "Acreditamos que o mercado continuará difícil, mas esse plano nos posicionará para 2019 e além."

Os lucros da divisão de energia caíram 51% no terceiro trimestre em relação a 2016, para US\$ 611 milhões. Robert McCarthy, analista da Stifel, disse que a redução do número de funcionários deveria ter sido feita há muito tempo. "Diante dos desafios do mercado global de energia, o anúncio de hoje [ontem] representa óbvio passo à frente para melhorar as margens e fluxo de caixa desse negócio que enfrenta dificuldades."

A nomeação de Stokes para a GE Power foi uma das primeiras mudanças após Flannery ter sido anunciado como executivo-chefe em junho. Steve Bolze, que

comandava a divisão e era visto como um possível sucessor de Immelt, saiu da companhia e entrou para o grupo de private equity Blackstone.

O problema é que a divisão de energia ofuscou os bons desempenhos das operações de turbinas para aviões e equipamentos médicos da GE, ajudando a derrubar o preço da ação da companhia em 44% desde o fim do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: GM planeja vender carro elétrico no Brasil em 2018

A General Motors planeja começar a vender carros elétricos no Brasil em 2018. O modelo não foi ainda definido, mas tudo indica que será o Bolt, lançado nos Estados Unidos há um ano. O presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, diz que recebeu da presidente mundial da companhia, Mary Barra, uma mensagem clara. Ela lhe disse: "Se hoje no Mercosul somos líderes de vendas também teremos que ser no futuro mercado de veículos elétricos."

Por isso, Zarlenga decidiu acelerar a programação de vendas do veículo, que será importado dos EUA. "A eletrificação é uma força difícil de parar; por isso, quanto mais rápido entrarmos nesse mercado mais chances teremos de ser líderes", afirma o executivo. Há dois meses, a GM anunciou que vai lançar 20 modelos elétricos no mundo nos próximos seis anos.

A posição do presidente da GM é um pouco diferente do que diz a direção da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O presidente da entidade, Antonio Megale, defende o aproveitamento da tecnologia brasileira, o etanol, como passo intermediário até que o país possa estar preparado para a eletrificação.

"A questão não é mais se o Brasil vai ter veículos elétricos, mas quando", destaca Zarlenga. A BMW é hoje a única montadora convencional que vende elétricos no Brasil. O modelo i3 mais simples custa R\$ 160 mil. A GM ainda não revela valores para o mercado brasileiro. Nos Estados Unidos o Bolt custa em torno de US\$ 35 mil.

A questão da tributação desse tipo de veículo é um assunto ainda não resolvido pelo governo. Para Zarlenga, no entanto, independentemente da questão fiscal "o carro do futuro vai ser elétrico". A GM mundial também planeja, segundo ele, o lançamento de um carro autônomo daqui a "alguns trimestres." "Não falamos mais em prazos de anos para o autônomo", afirma.

O executivo não sabe, porém, prever quando a América do Sul estará preparada para ter veículos que funcionam sem motorista. Já nos países desenvolvidos, Zarlenga prevê que o início da história dos veículos autônomos será em serviços de transporte compartilhados. O valor desse tipo de veículo ainda é elevado, mas no uso compartilhado o custo tende a ser mais baixo do que nos carros convencionais justamente porque dispensa o motorista.

Há cerca de duas semanas, Zarlenga começou a usar um carro elétrico para deslocar-se em São Paulo. Com uma recarga o Bolt atinge autonomia de até 380 quilômetros. "Moro a 20 quilômetros do trabalho. Posso ficar mais de uma semana sem carregar as baterias", diz.

Há um ano o argentino Zarlenga assumiu o comando da GM Mercosul, uma divisão que surgiu porque a companhia entende que as operações do Brasil e Argentina têm de ser administradas como uma única. A integração tem dado resultado, diz ele, em termos de produtividade.

Durante a crise brasileira, a GM foi menos afetada do que alguns dos seus concorrentes. Manteve liderança, com 17,7% do mercado no acumulado até novembro e vai terminar o ano com aumento de vendas em torno de 18%, acima da expansão do mercado total, que ficará em torno de 10%.

O posto de líder, conquistado há dois anos pela primeira vez desde que a empresa chegou ao Brasil há mais de 90 anos, vem, em grande parte da renovação de produtos. O carro-chefe é o Onix, automóvel mais vendido no Brasil há três anos.

Em 2014, quando o setor produtivo já sentia os efeitos da crise, a companhia decidiu renovar toda a linha de produtos. Zarlenga diz que a montadora sentiu os efeitos negativos do longo tempo em que passou com uma linha de modelos antiga. Mas com a atualização da linha, a situação se reverteu.

O aumento de participação no mercado brasileiro ajudou a companhia a estancar prejuízos na América do Sul. No segundo trimestre de 2017, o resultado financeiro da operação sul-americana alcançou "break even" e no terceiro, lucro líquido de US\$ 59 milhões, o primeiro resultado positivo na região desde o quarto trimestre de 2014. Zarlenga evita adiantar projeções para o fechamento anual do balanço. O cenário indica que a região começa a deixar os prejuízos para trás. "O ideal é a empresa ser lucrativa nos períodos de alta do mercado e alcançar o 'break even' em tempos de baixa", afirma.

Formado em economia em Buenos Aires, Zarlenga começou a trabalhar na GM na área de finanças na subsidiária da Coreia do Sul em 2012. Assumiu cargo semelhante no Brasil em 2013 e, em seguida, foi presidente da GM Argentina,

depois Brasil e agora ambas. Para ele, os dois países "estão pensando seriamente" nas reformas. "E isso não vem apenas da classe política; trata-se de um processo irreversível", afirma.

E por mais que o ano eleitoral no Brasil, em 2018, possa atrapalhar, ele acredita que as medidas econômicas têm seguido um ritmo "razoável". "Quando estávamos em maio alguém acreditava que a reforma trabalhista seria aprovada este ano?"

Zarlenga está tão otimista em relação ao cenário econômico que já fez a previsão para o mercado no Brasil em 2018. Ele estima que as vendas de carros e comerciais leves poderão chegar a volumes entre 2,4 milhões e 2,6 milhões de unidades, o que indica crescimento de 6% a 15% em relação ao previsto para este ano.

Zarlenga está empolgado com o modelo elétrico que está usando. "A gente muda o jeito de dirigir, pensa sempre em conduzir de forma correta para ganhar mais autonomia." Mas como pilotar automóveis sempre foi seu hobby favorito, o executivo não abre mão do esportivo Camaro. E tem alternado o uso de um e do outro. Embora mantenha a opinião de que carros elétricos e compartilhados são o futuro, o executivo não tem dúvidas, entretanto, de que apaixonados por máquinas mais possantes, como ele, dificilmente desistirão do prazer de dirigir.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Moro Martins | Para o Valor, de Curitiba

Título: Petrobras recebeu da Lava-Jato total de R\$ 1,47 bilhão

A Petrobras recebeu, ontem, em Curitiba, em evento do Ministério Público Federal paranaense, a devolução de R\$ 654 milhões fruto das investigações de pagamentos de propinas e de corrupção realizadas pela Operação Lava-Jato. Em discursos, o presidente da estatal, Pedro Parente, destacou, mais uma vez, que a companhia "foi o tempo todo prejudicada pela desonestidade de alguns poucos executivos, em conluio com empresas igualmente desonestas e maus políticos".

O executivo, há um ano e meio no cargo, enfatizou que "diferentemente de outras empresas que se envolveram em escândalos de corrupção, a Petrobras não se beneficiou de nenhum novo contrato, nenhuma nova obra, não teve qualquer vantagem com esse processo criminoso".

O evento contou com a presença de procuradores e delegados que formaram a força-tarefa da Lava-Jato.

Parente reiterou, que a Petrobras foi "a principal vítima do que foi um gigantesco esquema de desvio de recursos públicos". "Como vítimas, não podemos deixar de empenhar nosso absoluto e integral apoio à operação Lava-Jato", acrescentou. Segundo afirmou, os resultados já alcançados nessa investigação contribuem decisivamente para construir um país muito melhor", disse o presidente da petrolífera.

Os R\$ 654 milhões devolvidos ontem à estatal somam-se a outros R\$ 821 milhões que a Petrobras já tinha recebido da Lava-Jato desde maio de 2015. Trata-se da décima devolução de recursos desde o início da operação. O dinheiro entregue hoje é fruto de cinco acordos de leniência - com Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Braskem, Carioca Engenharia e Setal Óleo e Gás - e 36 de colaboração premiada.

Segundo a Lava-Jato, a Petrobras já recebeu R\$ 1,47 bilhão desde o início da operação, em valores corrigidos. Mas o montante, conforme o MPF, representa apenas 13% dos R\$ 10,8 bilhões previstos em 163 acordos de delação premiada e dez de leniência firmados desde março de 2014.

"É um valor pequeno perto do que está por vir, se as investigações puderem prosseguir. Para que outras devoluções aconteçam, é preciso preservar e melhorar o ambiente. É preciso que o Congresso e o Judiciário preservem o bom funcionamento de delações e leniências, que permitiram a devolução", disse o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa. "Existem acordos em negociação que envolvem cifras superiores a R\$ 600 milhões. E, sem eles, estaríamos processando crimes de corrupção de apenas R\$ 26 milhões."

Não há destino certo para os R\$ 654 milhões, disse Parente "A companhia tem condições de ampliar sua ação direta ou a área de investimento social." Ele citou, como exemplo, projetos de responsabilidade sócio-ambiental e uma parceria da estatal com a Unesco para "treinamento em ética e compliance para parceiros do terceiro setor".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | Do Recife

Título: Chinesa Qingdao espera aprovação de projeto para refinaria no Ceará

Com a assinatura de um acordo de financiamento com o Banco de Desenvolvimento da China, realizado na quarta-feira em São Paulo, o governo do Ceará ficou mais perto de conseguir viabilizar uma refinaria de petróleo no Estado. Ao **Valor**, o governador do Estado, Camilo Santana (PT), disse que o

próximo passo é aprovar o projeto da também chinesa Qingdao Xinyutian Chemical junto ao banco.

Segundo o governador petista, o projeto da refinaria do Pecém pode alcançar US\$ 7,5 bilhões. Se tudo correr como o desejado, o projeto será aprovado pelo banco ainda no primeiro semestre do próximo ano e a parte de concessão de licenciamento ambiental no início do segundo.

Na próxima semana, o presidente da estatal, Wu Ruzhou, estará pela terceira vez no Ceará para se encontrar com representantes do governo estadual. Santana está em busca de investidor para uma refinaria no Ceará desde 2015, quando a Petrobras desistiu do empreendimento no Estado. "É possível. Foi isso que o ex-governador Cid Gomes fez para trazer a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) para cá", disse o governador. A CSP, que começou esse ano a operar a pleno vapor, é uma parceria entre Vale e as coreanas Dongkuk e Posco.

A Qingdao Xinyutian Chemical, uma das 18 empresas do grupo Guangdong Zhenrong Energy, assinou um memorando de entendimentos com o governo do Ceará no fim do ano passado, manifestando interesse de investir na refinaria, mas faltava financiamento.

O Banco de Desenvolvimento da China, que conta com ativos de cerca de US\$ 2,2 trilhões, se comprometeu a financiar o projeto com US\$ 4 bilhões na primeira fase de construção, além de US\$ 3,5 bilhões para implementação de todo o parque petroquímico na região.

A refinaria funcionará dentro da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e tem expectativa de gerar pelo menos 10 mil empregos na fase de construção e 8 mil postos permanentes entre diretos e indiretos. A previsão inicial é de que a unidade de refino produza até 300 mil barris/dia.

Antes da cerimônia da assinatura do acordo, o governador participou de uma reunião com o vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da China, Cai Dong. Além da refinaria, ficou acordado também que o banco vai financiar investimento chinês na área de saúde, área de interesse da fabricante e distribuidora de medicamentos China Meheco Corporation. Os valores não foram divulgados.

MME / ASCOM .